

FESURV – UNIVERSIDADE DE RIO VERDE - CAMPUS CAIAPÔNIA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO FÍSICA

**EDUCAÇÃO FÍSICA, LICENCIATURA E BACHARELADO: ENSINAR OU
PRATICAR?**

RENATO CUSTÓDIO DE SOUZA

Orientador: Prof^o Msndo. JOSÉ HUMBERTO RODRIGUES DOS ANJOS

Co-orientadora: Prof^a. Esp. MIRIÃ ALVES DE LAET SILVA.

**Trabalho de conclusão de curso apresentado à
Faculdade de Educação Física da Fesurv –
Universidade de Rio Verde - Campus
Caiapônia, como parte das exigências para
obtenção do título de licenciado em Educação
Física.**

CAIAPÔNIA – GOIÁS

2011

**FESURV – UNIVERSIDADE DE RIO VERDE - CAMPUS CAIAPÔNIA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO FÍSICA**

**EDUCAÇÃO FÍSICA, LICENCIATURA E BACHARELADO: ENSINAR OU
PRATICAR?**

RENATO CUSTÓDIO DE SOUZA

Orientador: Prof^o Msndo. JOSÉ HUMBERTO RODRIGUES DOS ANJOS

Co-orientadora: Prof^a. Esp. MIRIÃ ALVES DE LAET SILVA.

**Trabalho de conclusão de curso apresentado à
Faculdade de Educação Física da Fesurv –
Universidade de Rio Verde - Campus
Caiapônia, como parte das exigências para
obtenção do título de licenciado em Educação
Física.**

CAIAPÔNIA – GOIÁS

2011

FOLHA DE APROVAÇÃO

“Feliz aquele que transfere o que sabe e aprende o que ensina”.

(Cora Coralina)

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho à minha avó, que realizando papel de mãe e pai, teve função fundamental na minha formação pessoal. Aos meus queridos amigos, que não fazendo caso, sempre me apoiaram desde os tempos de colégio a alcançar objetivos superiores às condições impostas pela sociedade.

Dedico este, aos meus queridos colegas e professores de faculdade, que desde o princípio acreditaram que eu pudesse chegar tanto onde estou, quanto ao quão longe eu poderei chegar.

Por fim, dedico este, mui respeitosamente ao Mestre e Arquiteto de toda criação, Deus, que mostrando sua Excelência, nos propicia momentos bons e difíceis, mas principalmente nos agracia com plena capacidade para superar toda e qualquer prova, proporcionando assim a felicidade almejada pelo ser humano.

AGRADECIMENTOS

A Deus, por me proteger e guiar meus caminhos, sempre me dando força, sabedoria e alegria todos os dias e principalmente nas horas difíceis.

À minha avó, Maria Custódio dos Santos, que nunca me desamparou e sempre esteve do meu lado me ajudando e ensinando a ser uma pessoa humilde, honesta, simples.

Ao meu orientador, José Humberto dos Anjos, que ofereceu sua confiança a mim, pelos conhecimentos transmitidos e me apoiando na realização deste trabalho.

À minha coorientadora, Miriã Alves de Laet Silva, pelo excelente apoio técnico e teórico sobre este trabalho.

Ao diretor da Fesurv - Campus Caiapônia, Alberto Barella Netto, o qual não se limitou a me motivar, mas criou possibilidades para que eu ingressasse na faculdade.

RESUMO

SOUZA, Renato Custódio de. **Educação Física, Licenciatura e Bacharelado: Ensinar ou Praticar?** 2011. 30f. TCC (Trabalho de conclusão de curso). Universidade de Rio Verde-FESURV, Campus Caiapônia, Caiapônia, 2011.¹

Ao longo dos anos, a Educação Física passou por mudanças significativas, que sejam no seu contexto de diretrizes ou didático-pedagógicas. Para tanto, o presente trabalho irá abordar de forma sucinta algumas dessas mudanças. Entretanto, o maior objetivo será discorrer a respeito da Educação Física em suas duas graduações, Licenciatura e Bacharelado, para que fique claro tanto o caminho da licenciatura, que busca a formação do indivíduo capacitado para o ensino exclusivamente do magistério, ou seja, Educação Básica, quanto ao trilha seguido pelo bacharelado, que emerge da necessidade cada vez maior de corpos saudáveis e prevenção da saúde atuando, esse, em todos os ramos possíveis da Educação Física exceto na Educação Básica. Sendo assim, o ingresso neste curso poderá analisar e se assim optar, escolher pela ênfase que melhor se encaixa ao seu perfil ou necessidade. As duas graduações, embora distintas, buscam o mesmo objetivo que é a prevenção e promoção da saúde, porém, almejando atender uma clientela diferenciada, seja na escola ou fora dela. Contudo, apresenta-se mais coerente uma graduação unificada que busque a formação do indivíduo por completo, ou seja, o graduado possuir tanto a licenciatura quanto o bacharelado para que assim atue em todos os ramos ou áreas de trabalho, sem qualquer exceção, estando esse pronto para promover realmente a prática do ensino tanto do corpo como da mente.

PALAVRAS-CHAVE

Educação Física, licenciatura, bacharelado.

¹ Banca Examinadora: Prof.º Msndo. José Humberto Rodrigues dos Anjos (Orientador), Prof.º Ms Fábio Henrique Ribeiro, Prof.ªEsp. Miriã Alves de Laet Silva - Fesurv.

ABSTRACT

SOUZA, Renato Custódio de. **Physical Education, Teacher's Degree and Bachelor's Degree: To teach or to practice?** 2011. 30f. FM (Final Monograph). Universidade de Rio Verde - FESURV, Campus Caiapônia, Caiapônia. 2011.²

Over the years Physical Education has gone through significant changes, which can be whether in its guidelines or didactical or pedagogic standards. Thus, the present study will briefly approach to these changes. However, the main purpose is to discuss the Physical Education in its two graduation options, Teacher's Degree and Bachelor's Degree, in order to make it clear the specifications of both choices, the Teacher's Degree's way, which aims for the formation of a professional trained to work exclusively at Basic Education, and the trail followed by the bachelor graduate, which emerges from the growing need of healthy bodies and health prevention acting, this, in all other possible Physical Education ramifications, except for the Basic Education. Therefore, the entrant in this course will be able to analyze and opt, chose the emphasis that suits better their profile or need. Both graduation modalities, although distinct, have the same objective, which is the prevention and promotion, nevertheless, aiming to serve a special clientele, in or out school. However, a unified graduation, aiming the full professional's formation is more common, in other words, the graduate will have both teacher's and bachelor's degrees so they can operate in all ramifications and professional areas, without any exception, being prepared to properly promote a practical body and mind education.

KEYWORDS

Physical Education, teacher's Degree, bachelor's Degree.

² Examining Board: Teacher Msndo. José Humberto Rodrigues dos Anjos (Advisor), Teacher Ms Fábio Henrique Ribeiro, Teacher Esp. Miriã Alves de Laet Silva - Fesurv.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	09
2 LICENCIATURA: CAMINHOS, LEIS E DISCUSSÕES	11
2.1 Educação Física Escolar	16
3.BACHARELADO: CAMINHOS PARA O PRATICAR	18
4 LEIS E DIRETRIZES PARA O ENSINO DE EDUCAÇÃO FÍSICA:	22
4.1 O profissional que ensina	22
4.2 O profissional da prática.....	23
5 METODOLOGIA	26
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	27
REFERÊNCIAS	29

1INTRODUÇÃO

Optar por licenciatura ou bacharelado não é apenas escolher uma ênfase de Curso de Graduação, pode se dizer que tem muito a ver com a capacidade de se dedicar a docente e também com o mercado de trabalho. A graduação em Educação Física possibilita, assim como em outros cursos a escolha em duas ênfases: uma em licenciatura e outra ao bacharelado.

A graduação em licenciatura se designa a capacitar professores capazes de identificar a ciência presente no campo da Educação Física, além de saber planejá-la e aplicá-la com uma visão sobre a obrigação social do indivíduo, almejando a excelência do educando enquanto um ser humano elaborador de cultura e história ao mesmo tempo em que isso modifique seus modos e ações. Neste contexto a licenciatura é o requisito para exercer a profissão de docente, onde atuará na Educação Física escolar.

O bacharelado se destina à formação de profissionais na área de treinamento físico, práticas esportivas e acompanhamento “trainer”. Nesse sentido, durante o procedimento de desenvolvimento profissional é válida a discussão dos problemas da super valorização, do ganho quando o corpo é levado ao estresse ou o uso de artifícios dopantes que, em curto tempo, acarretarão problemas sérios para esse organismo. Ainda serão debatidos os benefícios dos programas de exercícios físico-esportivos.

O presente trabalho tem por finalidade apresentar e avaliar de forma imparcial o curso de Educação Física em suas duas modalidades de ensino, licenciatura e bacharelado. Para que, ao final, o pretendente à docência possa estar realmente ciente a qual graduação seguir.

O objetivo é diferenciar as ênfases dadas, dissertando sobre a seguinte problemática: Educação Física: Licenciatura ou Bacharelado? Para tanto, o primeiro capítulo abordará a mudança da antiga Licenciatura Plena para a atual graduação de acordo com a Resolução CFE 03/87 e Resoluções CNE/CP 01/2002 e 02/2002 de forma sucinta, além de apontar possíveis facilidades ou atrativos para o ingresso do futuro docente a carreira escolar.

No segundo capítulo será abordado o bacharelado, apontando seu campo de trabalho/atuação, destacando a crescente demanda da imagem corporal que cada vez mais leva

os indivíduos a procurar promoção e prevenção da saúde. O capítulo também destacará a necessidade da criação do bacharelado desde a Resolução CFE 03/87 até as abordagens atuais respaldadas pelas resoluções CNE/CES 07/2004 e CNE/CES 04/2009, e Parecer CNE/CES 058/2004.

Já o terceiro e último capítulo apresentará as duas ênfases, licenciatura e bacharelado, para que se destaque de forma clara e concisa o papel a ser desenvolvido pelo docente que optar por uma das modalidades de graduação, estas que por sua vez possuem formação e atuação distintas.

2 LICENCIATURA: CAMINHOS, LEIS E DISCUSSÕES

A Educação Física apresenta características diferentes em cada área de atuação. Uma das características principais da licenciatura é ensinar ao aluno, além das disciplinas pertinentes ao curso escolhido, técnicas que o tornarão capacitado a repassar o aprendizado, tornando-o um professor/educador.

A Educação Física tem se caracterizado por um amplo e atrativo campo de trabalho. O desporto ainda parece ser o grande incentivador para a escolha profissional de muitos jovens que buscam o meio esportivo, no entanto, o exercício e a atividade física destinada à saúde atualmente têm aumentado consideravelmente, contudo a carreira escolar ainda parece ser a opção de trabalho mais estável. Como consequência disso, muitos adolescentes ou interessados pela área ficam às portas do mercado de trabalho sendo obrigados a indicar já no vestibular sua alternativa acadêmica/profissional.

A licenciatura vem sofrendo ao longo dos tempos várias críticas e mudanças, junto às suas diretrizes e resoluções no que diz respeito à formação superior. Portanto, neste capítulo será apresentada uma breve análise sobre essas alterações ocorridas entre a licenciatura “antiga”, que formava apenas para a transmissão de conhecimentos, e a licenciatura “atual” também conhecida como “nova licenciatura” que forma o profissional para o ensino global e valorização do aluno.

A licenciatura em Educação Física (“antiga”) visava à formação profissional de professor, quando era tomado um ensino mais de treinamento, realizado sob o amparo da Resolução CFE nº 3/1987, com duração de 4 anos. Essa legislação possibilitava o oferecimento da Licenciatura plena que habilitava para todos os ramos do mercado de trabalho tais como: educação física em escolas de educação infantil, ensino fundamental e ensino médio, clubes, academias, clínicas, acampamentos, hotéis, empresas e todo e qualquer ramo do Profissional em Educação Física.

Art. 4º O curso de graduação em Educação Física terá a duração mínima de 4 anos (ou 8 semestres letivos) e máxima de 7 anos (ou 14 semestres letivos), compreendendo uma carga horária de 2.880 horas/aula. (BRASIL, CFE nº 3/1987)

Já a licenciatura em Educação Física (“nova”) busca a formação profissional do educador e o habilita unicamente para o Magistério do Ensino Básico, ou seja, aulas de Educação Física na educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio com duração de 3 anos, visando também uma maior preocupação entre o saber e o fazer.

Art. 3º - A formação de professores que atuarão nas diferentes etapas e modalidades da educação básica observarão princípios norteadores desse preparo para o exercício profissional específico, que considerem:

I. a competência como concepção nuclear na orientação do curso;

II. a coerência entre a formação oferecida e a prática esperada do futuro professor, tendo em vista:

a) a simetria invertida, em que o preparo do professor, por ocorrer em lugar similar àquele em que vai atuar, demanda consistência entre o que faz na formação e o que dele se espera;

b) a aprendizagem como processo de construção de conhecimentos, habilidades e valores em interação com a realidade e com os demais indivíduos, no qual são colocados em uso capacidades pessoais;

c) os conteúdos, como meio e suporte para a constituição das competências;

d) a avaliação como parte integrante do processo de formação, que possibilita o diagnóstico de lacunas e a aferição dos resultados alcançados, consideradas as competências a serem constituídas e a identificação das mudanças de percurso eventualmente necessárias.

III. a pesquisa, com foco no processo de ensino e de aprendizagem, uma vez que ensinar requer, tanto dispor de conhecimentos e mobilizá-los para a ação, como compreender o processo de construção do conhecimento”. (BRASIL, PARECER CNE/CP 9/2001).

A carga horária também sofre mudanças, pois passa a dar mais ênfase às experiências que serão vividas pelo docente, principalmente no estágio supervisionado quando o mesmo estará em pleno contato com a realidade, assim sendo, já estará automaticamente avaliando quais métodos de ensino a serem adotados.

Art. 1º A carga horária dos cursos de Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena, será efetivada mediante a integralização de, no mínimo, 2800 (duas mil e oitocentas) horas, nas quais a articulação teoria-prática garanta, nos termos dos seus projetos pedagógicos, as seguintes dimensões dos componentes comuns:

I - 400 (quatrocentas) horas de prática como componente curricular, vivenciadas ao longo do curso;

II - 400 (quatrocentas) horas de estágio curricular supervisionado a partir do início da segunda metade do curso;

III - 1800 (mil e oitocentas) horas de aulas para os conteúdos curriculares de natureza científica e cultural;

IV - 200 (duzentas) horas para outras formas de atividades acadêmico-científico-culturais.

Parágrafo único. Os alunos que exerçam atividade docente regular na educação básica poderão ter redução da carga horária do estágio curricular supervisionado até o máximo de 200 (duzentas) horas. (BRASIL, CNE/CP 2/2002).

A resolução CNE/CP nº 1, De 18 De Fevereiro De 2002, em seu Art.2º busca novos parâmetros para a preparação docente no país:

Art. 2º A organização curricular de cada instituição observará, além do disposto nos artigos 12 e 13 da Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996, outras formas de orientação inerentes à formação para a atividade docente, entre as quais o preparo para:

I - o ensino visando à aprendizagem do aluno;

II - o acolhimento e o trato da diversidade;

III - o exercício de atividades de enriquecimento cultural;

IV - o aprimoramento em práticas investigativas;

V - a elaboração e a execução de projetos de desenvolvimento dos conteúdos curriculares;

VI - o uso de tecnologias da informação e da comunicação e de metodologias, estratégias e materiais de apoio inovadores;

VII - o desenvolvimento de hábitos de colaboração e de trabalho em equipe.

(BRASIL, RESOLUÇÃO CNE/CP 1/2002).

Para os candidatos à docência, se faz necessário que os mesmos passem por um processo seletivo (vestibular). Para tanto, a LDB em seu Art. 44º, inciso II, determina que o curso de graduação seja aberto para candidatos que tenham concluído o Ensino Médio ou equivalente.

A licenciatura de certa forma garante segurança ao formando, pois este procura empregabilidade e segurança no campo de trabalho, e os concursos para área escolar exigem através da Lei de Diretrizes e Bases Da Educação (LDB) no seu Art. 62º que os candidatos sejam licenciados. Portanto é evidente que os direitos sociais (férias, 13º salário, aposentadoria, etc.) além, é claro, do plano de carreira que se vê respaldado pela Constituição da República Federativa do Brasil no capítulo III, Seção I e inciso V, que valoriza os profissionais da Educação Escolar, garantindo aos mesmos na forma da lei o plano de carreira e o ingresso na rede pública de ensino exclusivamente por concurso, apresentando assim grandes atrativos para a escolha da licenciatura.

Cabe ao profissional licenciado o ensino na Educação Básica, Ensino Fundamental e Ensino Médio. Sabendo disso, o ingressante que optar por esta graduação estará buscando um elo entre educação e sociedade que possibilite o aluno a conquista de novas competências sociais e profissionais, buscando assim um individuo autônomo.

Duckur (2004) afirma que o ensino escolar de maneira especial toma cada vez mais uma seriedade ardilosa para a cultura do indivíduo o tornando-o hábil a entrar nas relaçõesno mercado de trabalho.

Segundo De Marco et al (2010), a licenciatura deve tomar como referência, para a constituição de seu currículo, as diretrizes estruturadas no parecer CNE/CP 009/2001 e nas

resoluções CNE/CP 001/2002 e 002/2002, objetivando, no desenvolvimento de seu curso, capacitar o profissional de Educação Física para atuar em instituições públicas ou privadas de ensino da educação básica, ou seja, na Educação Infantil, no Ensino Fundamental e no Ensino Médio.

O mesmo autor também destaca que o professor de Educação Física deve ser capaz de formular propostas pedagógicas adequadas que tenham como princípio e meta a promoção humana. Para uma formação crítica que colabore na sua opção política de ação pedagógica profissional. O projeto de formação deve dar condições ao discente de atuar, de lutar por condições mais justas e igualitárias da população numa postura cidadã e, ainda, de buscar trazer em sua construção curricular alguns princípios que o mesmo destaca sendo a *concreticidade* que objetiva o conhecimento científico que é materializado pelo reconhecimento dos pressupostos que o encaminha, a *especificidade* que pretende identificar o ser humano que se movimenta em direção a si mesmo, ao outro e ao mundo, garantindo a integração de todo o conhecimento, e a *flexibilidade* que consolida-se na opção curricular que o discente pode construir.

De Marco et al (2010), também destaca que o ingressante deve cumprir, segundo a grade curricular, 2.800 horas dentre elas 400 horas para as práticas pedagógicas como componente curricular, 400 horas para o estágio curricular supervisionado e 200 horas para atividades complementares.

O objetivo a ser alcançado com esse componente curricular nada mais é que uma preparação do docente na prática, pois o estágio supervisionado irá proporcionar a ele o contato direto com a realidade escolar, o que facilita para no ingresso do mesmo no contexto educacional, além de aprimoramento de métodos de ensino.

É de suma importância que se ofereça uma definição concreta à atuação profissional, partindo do pressuposto de que isto signifique uma necessidade que o sujeito tem de modificar a prática que pretende alcançar. Isso se atua mediante aos atos de pensamento crítico e de consolidação da necessidade.

O docente deve ser um intermediário entre aluno e conteúdo, tornando-o responsável por adaptar um desenvolvimento que transponha o estágio do mero conhecer para a prática, pensar e agir criticamente.

A consciência humana apresenta-se como forma superior do pensamento, que abrange não apenas o próprio conhecimento, mas promove o elo sistematizado em meio às sentimentos, emoções e vontades essenciais ao meio. Portanto, possui condições para pensar criticamente sobre a realidade.

É de incumbência do docente a participação e elaboração da proposta pedagógica, elaborar e cumprir o plano de trabalho, zelar pela aprendizagem do aluno, proporcionar recuperação para alunos de baixo rendimento, além de colaborar com as atividades de articulação da escola com as famílias e a comunidade, como previsto na (LDB), em seu Art. 13.

Art. 13. Os docentes incumbir-se-ão de:

- I – participar da elaboração da proposta pedagógica do estabelecimento de ensino;
- II – elaborar e cumprir plano de trabalho, segundo a proposta pedagógica do estabelecimento de ensino;
- III – zelar pela aprendizagem dos alunos;
- IV – estabelecer estratégias de recuperação para os alunos de menor rendimento;
- V – ministrar os dias letivos e horas-aula estabelecidos, além de participar integralmente dos períodos dedicados ao planejamento, à avaliação e ao desenvolvimento profissional;
- VI – colaborar com as atividades de articulação da escola com as famílias e a Comunidade. (BRASIL, LEI 9.394/96)

Não podemos deixar de citar Paulo Freire, sendo este o maior teórico da educação brasileira e, com certeza, um das mais ilustres autoridades no assunto do mundo quando discorreremos sobre educação e principalmente de como ensinar.

Paulo Freire (1996) defende que o educador deva ter noção e responsabilidade na qualidade de construtor do conhecimento. Não se pode ensinar de forma que o Conhecimento seja apenas transferido para o educando, mas sim provocá-lo para que busque novos conhecimentos. Aluno e professor devem trabalhar em conjunto, estabelecendo o saber com consistência e moral. Educar exige que o docente, habilitado, acentue a curiosidade nos alunos a fim de que se tornem indivíduos críticos, aptos a apreender, avaliar e acentuar dúvidas que examinadas acendem novas informações ao assunto analisado.

Paulo Freire (1996) apresenta uma pedagogia em que o docente deve procurar novas formas didáticas para transpor os problemas, assim sendo, buscar elementos que despertem o interesse pelo estudar. É necessário instruir os educados a pensar, entretanto, é impossível aprender a refletir sob a regência da ardorosa forma de ensinar que vem nos seguindo desde a iniciação escolar que busca apenas a repetir, copiar e decorar. Não existe progresso da liberdade num lugar onde domina o ditatorialismo do educador, em que os estudantes veem o docente como detentor único do conhecimento. Paulo Freire aponta ainda que necessitamos acatar conceitos, respeitar o fundamento do ser humano e não nos julgarmos dominadores no ambiente escolar, portanto não é porque sou educador que sei tudo e sou senhor da verdade. Freire também destaca que educar não é para qualquer pessoa. O docente tem que gostar e ter

prazer em ensinar. Disseminar alegria e certezas ao educando. Mas sempre com a responsabilidade do professor e respeito aos alunos.

2.1 Educação Física Escolar

A Educação Física Escolar é de suma importância para a construção de um indivíduo autônomo, sendo o suporte de novos conceitos e paradigmas, indo de encontro a um ser inacabado para construção de um indivíduo crítico e formador de opiniões.

Para Corrêa e Moro (2004), o homem é um ser que não nasce acabado, ele se faz nas relações com o mundo. Ele cria instrumentos, artefatos, costumes, normas, códigos de comunicação e de convivência num determinado grupo. Essas ações definem as características socioculturais de um povo. E é com a intenção de perpetuar ou transformar a organização social que surge a necessidade da educação.

Corrêa e Moro (2004) ainda destacam que a história da Educação Física brasileira é marcada pelo seu caráter obrigatório. Segundo Castellani Filho (1988, p.16) citado por Corrêa e Moro (2004), a obrigatoriedade da Educação Física tem seu marco no Parecer nº224 de 1882, de Ruy Barbosa. Também é mantida na primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 4.024/61) e na reforma educacional do ensino de 1º e 2º graus de 1971 (Lei nº 5.692/71). A Educação Física obrigatória é regulamentada pelo Decreto nº 69.450/71, que estende a sua obrigatoriedade a todos os níveis de ensino e a caracteriza como uma atividade desportiva e recreativa escolar. Assim, a inclusão da Educação Física na escola é dada por lei.

Os autores supracitados apontam que a partir dos anos 50 a Educação Física Escolar foi influenciada pelo esporte que ganha grande popularidade no pós-guerra como elemento hegemônico da cultura do movimento, mantendo sua hegemonia até nossos dias.

Ao falar sobre a ação do professor podemos corroborar com o pensamento de Corrêa e Moro (2004 p.61)

Ao professor são atribuídas responsabilidades de participar das tomadas de decisão no âmbito da escola. Participar da construção do projeto político pedagógico será o espaço no qual o professor poderá apresentar sua concepção de educação, definindo o papel da escola e de sua área de conhecimento na sociedade. Assim, os professores poderiam assumir a responsabilidade pelo trabalho educativo, mediante a análise do conhecimento curricular e sua produção, fazendo a mediação e facilitação para uma melhor compreensão e apropriação pelos alunos.

A sociedade excludente em que vivemos procura configurar suas relações baseado-se no princípio da liberdade individual e do mercado, na tentativa de reorganizar a sociedade mundial. O papel oculto da escola de formar mão de obra deixa de ser oculto para se

transformar no objetivo social. Além de preparar o novo trabalhador para as relações de mercado, esse projeto procura introduzir na escola o próprio mercado.

A Educação Física Escolar, assim como a própria escola, desempenham um papel de destaque na educação do homem moderno. Existe um consenso em atribuir o papel de socialização para a escola e a Educação Física.

Para Corrêa e Moro (2004), a prática da Educação Física Escolar vem-se constituindo num campo de estudos e reflexões da Pedagogia da Educação Física, o que, nas últimas duas décadas, proporcionou o surgimento de várias propostas pedagógicas para aquele componente curricular. A Educação Física Escolar está vinculada aos conhecimentos e interesses do professor, pais e alunos.

Corrêa e Moro (2004) apontam que a construção da cidadania, necessita de educadores críticos que proponham ações educativas para superar as relações pedagógicas que reproduzem os valores sociais excludentes. A Educação Física é concebida como a área de conhecimento mais importante da escola, porque contribui para a promoção da saúde, combate o uso indevido de drogas e ainda tem a finalidade de concorrer para o desenvolvimento do esporte brasileiro.

O professor que defende o desenvolvimento integral do ser humano, diante do compromisso social burocrático que lhe é atribuído, procura durante o ano letivo, ouvir os interesses de seus alunos e organizar sua prática educativa.

As aulas de Educação Física na escola são de suma importância para todos os segmentos e a importância desta foi atribuída ao fato de a mesma promover o desenvolvimento integral do aluno, a socialização, a vida saudável, o trabalho em equipe, a distração, o relaxamento e prática de esportes.

A educação física na escola ajuda a estimular os alunos a exercitarem-se. Visa oferecer ao aluno um melhor condicionamento físico, melhora seu metabolismo e não os tornam sedentários. Sabe-se que uma das maiores doenças dos dias atuais é o sedentarismo, que é a base para muitas outras doenças de ordem metabólica. Apesar de muitas escolas não darem muita atenção à disciplina, ela é de suma importância na formação de crianças, adolescente e adultos comprometidos com o bem estar físico e mental.

3 BACHARELADO: CAMINHOS PARA O PRATICAR

No bacharelado, a formação proporcionada ao aluno é voltada para o mercado de trabalho não escolar, o que o torna apto apenas a desenvolver uma atividade em determinada área de atuação.

A resolução CNE/CES4/2009, destaca a Carga horária mínima dos cursos de graduação considerados da área de saúde, bacharelados, na modalidade presencial, onde se faz valer para o curso de graduação em Educação Física 3.200 horas.

Art. 3º A Educação Física é uma área de conhecimento e de intervenção acadêmico-profissional que tem como objeto de estudo e de aplicação o movimento humano, com foco nas diferentes formas e modalidades do exercício físico, da ginástica, do jogo, do esporte, da luta/arte marcial, da dança, nas perspectivas da prevenção de problemas de agravo da saúde, promoção, proteção e reabilitação da saúde, da formação cultural, da educação e da reeducação motora, do rendimento físico-esportivo, do lazer, da gestão de empreendimentos relacionados às atividades físicas, recreativas e esportivas, além de outros campos que oportunizem ou venham a oportunizar a prática de atividades físicas, recreativas e esportivas. (BRASIL, RESOLUÇÃO 7/ 2004.)

Benites (2008) afirma que a Educação Física passa por um divisor de águas a partir de 1987, quando é criado bacharelado, devido à necessidade de preparar um profissional cujo campo de atuação fosse extra escolar. Passando assim, a oferecer um curso de quatro anos e carga horária de 2880 horas, isso é claramente respaldado pela resolução CFE 03/87 onde a Educação Física teve o seu conteúdo organizado por áreas de Conhecimento como: Conhecimento do Ser Humano; da Sociedade; Filosófico; e Técnico, conferindo ao curso uma grande flexibilidade.

O PARECERCNE/CES 0058/2004, destaca o perfil acadêmico/ profissional do graduado em Educação Física. O curso de graduação em Educação Física deveria assegurar uma formação acadêmico-profissional generalista, humanista e crítica, qualificadora de uma intervenção fundamentada no rigor científico, na reflexão filosófica e na conduta ética.

O graduado em Educação Física devera estar qualificado para analisar criticamente a realidade social, para nela intervir acadêmica e profissionalmente por meio das manifestações e expressões culturais do movimento humano, tematizadas nas diferentes formas e modalidades de exercícios físicos, da ginástica, do jogo, do esporte, da luta/arte marcial, da dança, visando à formação, a ampliação e o enriquecimento cultural das pessoas para aumentar as possibilidades de adoção de um estilo de vida fisicamente ativo e saudável. A finalidade é possibilitar que as pessoas, independentemente de idade, de condições socioeconômicas, de condições físicas e mentais, de gênero, de etnia, de crença, tenham conhecimento e a possibilidade de acesso a pratica das diferentes expressões e manifestações culturais do movimento humano, compreendidas, reafirmando já foi dito anteriormente, como direito inalienável de todo cidadão(a) e como importante patrimônio histórico da humanidade e do processo de construção da individualidade humana. (BRASIL, PARECER CNE/CES 0058/2004, p.9).

Em tempos atuais a saúde do corpo esta em constante destaque, seja na sociedade que nos envolve ou na mídia, que sempre enfatiza corpos sarados como se fossem um modelo a ser seguido. Com a preocupação cada vez maior em relação ao corpo e à saúde, o mercado de trabalho está em alta. Sendo assim, ainda tende a crescer o número de praticantes em academias de ginástica, uma das principais empregadoras dessa área. É possível também trabalhar como *personal trainer*, oferecendo treinamento individual.

Nesse contexto a Educação Física entra como suporte para a preparação ou recuperação de indivíduos cada vez mais sedentários e acessíveis a doenças proporcionados pela falta de exercício físico, não se esquecendo da tecnologia que busca mais e mais atender aos anseios do capitalismo tornando tudo de fácil acesso para que o indivíduo se torne ainda mais sedentário, e cabe também ao bacharel em Educação Física a árdua tarefa de mudar ou ao menos minimizar esta realidade. Podemos observar isso na RESOLUÇÃO CNE/CES 7/2004 em seu art. 4º, parágrafo 1º:

Art. 4º O curso de graduação em Educação Física deverá assegurar uma formação generalista, humanista e crítica, qualificadora da intervenção acadêmico-profissional, fundamentada no rigor científico, na reflexão filosófica e na conduta ética.

§ 1º O graduado em Educação Física deverá estar qualificado para analisar criticamente a realidade social, para nela intervir acadêmica e profissionalmente por meio das diferentes manifestações e expressões do movimento humano, visando a formação, a ampliação e o enriquecimento cultural das pessoas, para aumentar as possibilidades de adoção de um estilo de vida fisicamente ativo e saudável. (BRASIL, RESOLUÇÃO CNE/CES 7/2004)

Segundo NOZAKI (2004), desde o final do século XX as práticas corporais no Brasil realizadas fora do meio escolar vêm sendo aproximadas com a expectativa da promoção de saúde e da aquisição da qualidade de vida tendo muita manifestação das práticas nas academias de ginásticas, clubes e espaços de lazer.

Ainda destaca NOZAKI (2004) que a mudança de foco sobre o debate da educação física, do meio escolar para a prática corporal do meio não escolar, não aconteceu de forma arbitrária, mas escoltada pela demanda do mundo de trabalho, que visa cada vez mais à obtenção de lucros trazida pela revolução tecnológica.

Nesse contexto a graduação em Educação Física também passa por uma assimilação do meio de atuação, cada vez mais voltado para obtenção de resultado, seja por equipes ou individualmente afim de rendimentos mais concretos e precisos. Para tanto a resolução 07/2004, Art.10, também determina carga horária voltada para o estágio supervisionado.

Art. 10. A formação do graduado em Educação Física deve assegurar a indissociabilidade teoria prática por meio da *prática como componente curricular, estágio profissional curricular supervisionado e atividades complementares*.

[...]§ 2º O *estágio profissional curricular* representa um momento da formação em que o graduando deverá vivenciar e consolidar as competências exigidas para o exercício acadêmico-profissional em diferentes campos de intervenção, sob a supervisão de profissional habilitado e qualificado, a partir da segunda metade do curso.

I. o caso da Instituição de Ensino Superior optar pela proposição de núcleos temáticos de aprofundamento, como estabelece o Art. 7º,

§ 1º desta Resolução, 40% da carga horária do *estágio profissional curricular* supervisionado deverá ser cumprida no campo de intervenção acadêmico-profissional correlato.

§ 3º As *atividades complementares* deverão ser incrementadas ao longo do curso, devendo a Instituição de Ensino Superior criar mecanismos e critérios de aproveitamento de conhecimentos e de experiências vivenciadas pelo aluno, por meio de estudos e práticas independentes, presenciais e/ou à distância, sob a forma de monitorias, estágios extracurriculares, programas de iniciação científica, programas de extensão, estudos complementares, congressos, seminários e cursos. [...] (BRASIL, RESOLUÇÃO 07/2004)

No parecer 058/2004 (p.08), fica bem definido para qual objeto o docente em Graduação deve ou pretende alcançar, sendo que o mesmo deva levar em conta a prática das manifestações e expressões culturais do movimento humano orientadas para a promoção, a prevenção, a proteção e a recuperação da saúde, para a formação cultural, para a educação e reeducação motora, para o rendimento físico/esportivo, para o lazer, bem como para outros objetivos decorrentes da prática de exercícios e atividades físicas, recreativas e esportivas. Sendo assim, do graduado em Educação Física deve considerar sua intervenção acadêmico-profissional, ou seja, o exercício político-social, ético-moral, técnico-profissional e científico no sentido de diagnosticar os interesses e as necessidades das pessoas, de modo a planejar, prescrever, ensinar, orientar, assessorar, supervisionar, controlar e avaliar a eficiência, a eficácia e os efeitos de programas de exercícios e de atividades físicas, recreativas e esportivas, assim como participar, assessorar, coordenar, liderar e gerenciar equipes multiprofissionais de discussão, de definição e de operacionalização de políticas públicas e

institucionais nos campos da saúde, do lazer, do esporte, da educação, da segurança, do urbanismo, do ambiente, da cultura, do trabalho, entre os afetos direta e indiretamente a prática de exercícios e atividades físicas, recreativas e esportivas.

Atualmente é prioridade para alguns se encaixarem nos padrões “perfeitos” que a sociedade teoricamente “aceita”, sendo assim, vive tentando de certo modo criar a perfeição. O profissional de Educação Física também de certa forma fica preso a essa tendência, pois o mesmo é procurado para a preparação destes corpos estereotipados pela mídia e sociedade.

Cabe salientar que o bacharel em Educação Física é preparado para cuidar do corpo e mente e que também necessita da didática de ensino para a construção do indivíduo operante tanto no físico, quanto na mente.

Medina (2010) destaca que existem professores e, por consequência, alunos com exata perseguição por opiniões e sentidos preestabelecidos. Estes que buscam imaginar aquilo que as coisas são se libertando erroneamente de uma interpretação crítica, pois são desobrigados de autoridade e vagos de sentido.

O autor citado acima ressalta que neste aspecto, o corpo humano, com poucas exceções, é tido como puro e simples objeto que em nada difere de uma máquina qualquer eliminando assim todas as peculiaridades do animal racional que pensa, fala, sorri, chora, odeia etc., tornando o indivíduo um mero reprodutor do que vê.

Finalizando o pensamento de Medina (2010) no que diz respeito ao paradoxo do ser fisicamente perfeito, o mesmo observa que o profissional de Educação Física tem de permanecer sempre prudente ao seu papel de autor da renovação e transformação da sociedade onde ele se apresenta como um líder natural.

4 LEIS E DIRETRIZES PARA O ENSINO DE EDUCAÇÃO FÍSICA

4.1 O profissional que ensina.

O preparo do docente tem duas particularidades especiais, ele aprende a carreira no lugar igual àquele em que vai atuar, contudo, numa conjuntura contrária. Isso sugere que possua conexão entre o que ele faz na formação e o que se espera dele como profissional, sem esquecer que o mesmo, certamente, viveu como educando na escola onde irá ser professor.

Nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), podemos observar o quanto é fundamental o papel do professor na educação:

O papel fundamental da educação no desenvolvimento das pessoas e das sociedades amplia-se ainda mais no despertar do novo milênio e aponta para a necessidade de se construir uma escola voltada para a formação de cidadãos. Vivemos numa era marcada pela competição e pela excelência, em que progressos científicos e avanços tecnológicos definem exigências novas para os jovens que ingressarão no mundo do trabalho. Tal demanda impõe uma revisão dos currículos, que orientam o trabalho cotidianamente realizado pelos professores e especialistas em educação do nosso país. (PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS: EDUCAÇÃO FÍSICA, p 05).

Para Souza et al (2000), o caminho para o praticar almeja a concepção da importância da situação do cotidiano em si, no preparo das nossas informações e emoções, o que indica a necessidade da crítica radical para com a organização dominante que internamente deve levar em a estrutura de poder, quanto ao fazer pedagógico, como quanto a sua organização curricular e externamente, os limites e relação de poder viventes na sociedade, quanto as semelhanças da educação com o contexto real, ou seja, do campo de trabalho, da sociedade e da família.

Dessa forma, Duckur (2004) destaca a educação como formadora de mão de obra para a sociedade, funcionando como mantedora do padrão de organização social vigente, melhorando e reforçando o vicioso sistema produtivo capitalista. Duckur (2004) também aponta que a educação pode causar alterações nas pessoas diretamente e, assim, transformando a sociedade num todo.

O professor deve levar em consideração que o aluno já vem carregado de suposições e conceitos adquiridos em sua realidade/cotidiano, e seu papel não é dar continuidade e muito menos impor mudanças ao aluno, mas deve assumir uma postura de mediador entre sociedade e alunos, buscando, se não total, mas pelo menos parcial transformação do aluno.

Portanto professores e sociedade devem estar cientes do quanto é importante uma educação conjunta e definidora dos paradigmas sociais para o processo de aprendizagem do aluno, porém devem estar atentos de que quem educa são os pais, e cabe ao professor a incumbência de ensinar.

Vale lembrar também que o professor na Educação Física escolar, segundo De Marco et al(2010), visa à concepção de costumes saudáveis, como a prática de exercícios, sendo indispensável que a escola adote a responsabilidade de promover de forma educativa, estabelecer a importância da atividade física e dos esportes para uma vida saudável e ativa.

Para Duckur (2004), cabe ao professor transmitir o conhecimento e, sendo esse o centro do processo, o mesmo deve definir os conteúdos, escolher os meios para sua transmissão e efetivar processos avaliativos.

Duckur (2004) salienta que o professor deve estar cauteloso ao tipo de pessoa que almeja formar, já que é fundamentado nisso que ele organiza sua prática, e para isso é necessário o domínio amplo e aprofundado da área de atuação, para que se chegue a uma certa autonomia do aluno.

4.2 O profissional da prática.

Como já foi dito, o campo de trabalho da Educação Física fora da escola vive constante crescimento. Mas não é de qualquer maneira que se deve ensiná-la.

O graduado em Educação Física deve levar em consideração o ser humano num todo.

O ser humano deve ser visto em suas dimensões biológicas, sociológicas, biomecânicas e psicológicas, todas convergindo para simbolizar o movimento que é a vida e expressando a performance individual e suas infinitas possibilidades de realização.(De Marco et al 2010, p.26)

De Marco et al (2010) argumenta que o treino desportivo deva ser um processo objetivo, sistêmico e de longo prazo, e que as decisões tomadas no campo de atuação pelos treinadores ou preparadores físicos devem se basear em informações objetivas, pois cada uma delas poderá potencialmente ajudar em todo o processo. Portanto, essas informações podem

levar um atleta a altos índices de rendimento, pois o desporto moderno possibilita o controle e análises de situações adversas que certamente prejudicariam esse rendimento.

Para o bacharel é necessário também o conhecimento de didáticas e filosofias de ensino para desenvolver suas atividades, seja para fins de resultado ou para apenas manutenção da saúde, com o objetivo de driblar conceitos errôneos impostos pela sociedade para alcançar o alto rendimento.

Medina (2010) alerta que os objetivos esportivos não devem seguir caminhos desiguais daqueles necessários para que o homem, como ser defeituoso, se complete como pessoa e como indivíduo social.

Nesta mesma perspectiva Medina (2010) destaca que:

Vivendo uma realidade que supervaloriza a vitória, nossa tendência é a de não enxergar nada além. Para nós, a vitória (muitas vezes a qualquer preço) passa a ser sinônimo de sucesso na vida. E é exatamente o que ela representa numa sociedade neurótica como a nossa. Tal postura provoca inevitáveis distorções no nosso processo de desenvolvimento social, cultural e educacional. Não é dado ao homem o direito de falhar, de errar, de ser derrotado. (p.87)

Finalizando, De Marco et al (2010) afirma que a partir da escolha do indivíduo pela prática de exercícios na forma de melhora da saúde, a análise e a informação científica são de grande importância para protegê-lo do mesmo modo que propicia os tantos benefícios prometidos.

A RESOLUÇÃO CONFEF Nº 046/2002 em seu inciso V. ESPECIFICIDADES DA INTERVENÇÃO PROFISSIONAL traz o campo de docência em educação física, onde podemos destacar:

PREPARAÇÃO FÍSICA Intervenção: Diagnosticar, planejar, organizar, supervisionar, coordenar, executar, dirigir, programar, ministrar, desenvolver, prescrever, orientar e aplicar métodos e técnicas de avaliação, prescrição e orientação de atividades físicas, objetivando promover, otimizar, reabilitar, maximizar e aprimorar o funcionamento fisiológico orgânico, o condicionamento e o desempenho físico dos praticantes das diversas modalidades esportivas, acrobáticas e artísticas.

AValiação FÍSICA Intervenção: Diagnosticar, planejar, organizar, supervisionar, coordenar, executar, dirigir, programar, ministrar, desenvolver, prescrever, orientar, identificar necessidades, desenvolver coleta de dados, entrevistas, aplicar métodos e técnicas de medidas e avaliação cineantropométrica, biomecânica, motora, funcional, psicofisiológica e de composição corporal, em laboratórios ou no campo prático de intervenção, com o objetivo de avaliar o condicionamento físico, os componentes funcionais e morfológicos e a execução técnica de movimentos, objetivando orientar, prevenir e reabilitar o condicionamento, o rendimento físico, técnico e artístico dos beneficiários.

Em resumo, o egresso do bacharelado/graduação ficará voltado para analisar criticamente o meio social, para nele interferir por meio dos diferentes ramos da atividade física e esportiva, cobiçando acrescentar as possibilidades de aquisição de um modo de vida fisicamente ativo e saudável, ficando aptos a trabalharem no meio não escolar. Sendo assim, o mesmo pode atuar em clubes, em *spas*, como treinador ou técnico, em hotéis, em academias de ginástica, musculação, natação, centros de treinamento físicos ou esportivos; treinamento individual, avaliação física, organização de atividades esportivas, e em todo o seguimento da Educação Física fora da educação formal.

5 METODOLOGIA

Com relação a seus objetivos, o estudo foi do tipo exploratório, pois pretendeu desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias, tendo em vista, a formulação de problemas mais preciosos ou hipóteses para estudos posteriores. (GIL 1999, p.43).

Com relação aos procedimentos de coleta de dados foi do tipo bibliográfico, que segundo Gil (1999, p.65) é desenvolvido a partir de material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos. Embora em quase todos os estudos sejam exigidos algum tipo de trabalho desta natureza, há pesquisas desenvolvidas exclusivamente a partir de fontes bibliográficas.

Quanto à natureza dos dados, a pesquisa foi do tipo qualitativo, que se preocupou, com a interpretação do fenômeno, considerando o significado que os dão às suas práticas, o que impõe ao pesquisador uma abordagem hermenêutica. (GONSALVES, 2001, p.68)

A opção metodológica desta pesquisa foi pela abordagem qualitativa devido ao fato desta perspectiva enfatizar que todo o contexto dos autores deve receber a devida atenção, nada podendo ser encarado como trivial: [...] “tudo tem potencial para constituir uma pista que nos permita estabelecer uma compreensão mais esclarecedora do nosso objeto de estudo” (BOGDAN e BIKLEN, 1994, p.49).

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dentro da composição da Educação Física em seu conturbado processo de atualização durante o tempo, foi possível analisar, nas novas diretrizes estabelecidas, o caminho proposto para a formação docente tanto entre licenciatura quanto ao bacharelado.

A licenciatura antes era engajada numa formação que pretendia educar os egressos de maneira generalizada, buscando que esse saísse pronto para o mercado de trabalho. Porém com atuação voltada para o treinamento sem tanta preocupação didático – pedagógica que envolve a educação do aluno, isso tudo respaldado pela defasada resolução do CFE nº 03/87 que o habilitava para todos os ramos da Educação Física tanto na escola quanto fora dela.

O bacharelado neste contexto fica sem forças para competir de igual para igual com a licenciatura plena, já que o mesmo, que era recém-criado, não podia se sobressair a uma graduação que oferecia um egresso atuante em todos os ramos da Educação Física.

O merecido e tão esperado reconhecimento do profissional em Educação Física veio em 1º de setembro de 1998, com a lei nº 9696/98 que regulamentava o curso e criava o sistema CONFEF/CREF.

A partir de 2001 e 2002 é que se dá um grande avanço na Educação Física no que diz respeito à educação, pois, a partir desse período se vê a necessidade de uma licenciatura voltada para a educação básica, a qual passaria a almejar um ensino que levasse em conta o indivíduo num todo.

O bacharelado passa também nesse período por um grande reconhecimento, já que houve alta demanda no mercado de trabalho por profissionais capacitados a cuidar do corpo, com ênfase na saúde corporal.

A partir de então a licenciatura e o bacharelado passam a coexistir de forma distinta. Com campos de atuação diferentes, porém, ambos voltados à saúde, corroborando com uma ideia de que a Educação Física estaria dividida em duas partes. Uma pela licenciatura que tem suas normas regidas pelo MEC (Ministério da Educação e Cultura). E a segunda o bacharelado que é fiscalizado pelo CONFEF (Conselho Federal de Educação Física).

Entretanto, todas com obrigatoriedade de registro do profissional no CREF (Conselho Regional de Educação Física).

Talvez se a Educação Física se concentrasse apenas em um órgão de fiscalização e normatização, conseguir-se-ia maior aceitação e muito menos debates desfavoráveis ao processo de ensino que não levam a lugar nenhum. Nos dias atuais seria difícil uma unificação entre licenciatura e bacharelado, no entanto poder-se-ia apresentar apenas uma única graduação. Não de sete anos, sendo três da licenciatura mais quatro do bacharelado, mas uma graduação de menor tempo que buscasse de forma concisa desenvolver o papel didático-pedagógico do professor com a preocupação de prevenção da saúde em prol de um docente capacitado integralmente ao desenvolvimento do indivíduo.

REFERÊNCIAS

BENITES, Larissa Cerignoni. **O Processo De Constituição Histórica Das Diretrizes Curriculares Na Formação De Professores De Educação Física**. 2008. 18 p. Unesp, Rio Claro, 2007.

BRASIL. Congresso Nacional. **Lei nº 9.394**, de 17 de dezembro de 1996. (Lei de Diretrizes e Base da Educação).

_____. Conselho Federal de Educação. **Resolução CFE nº 03**, de 16 de junho de 1987.

_____. Conselho Federal de Educação Física. **Resolução nº 46/2002**, Rio de Janeiro - RJ, 2002.

_____. Conselho Nacional de Educação. **Parecer CNE/CP nº 09**, Brasília - DF, 2001.

_____. Conselho Nacional de Educação. **Parecer CNE/CSE nº 58**, de 18 de fevereiro 2004.

_____. Conselho Nacional de Educação. **Resolução CNE/CES nº 07**, de 31 de março de 2004.

_____. Conselho Nacional de Educação. **Resolução CNE/CP nº 01**, de 18 de fevereiro de 2002.

_____. Conselho Nacional de Educação. **Resolução CNE/CP nº 02**, de 19 de fevereiro de 2002.

_____. Conselho Nacional de Educação. **Resolução CNE/CP nº 04**, DE 6 DE ABRIL DE 2009.

BOGDAN, Robert. & BIKLEN, Sari. **Investigação qualitativa em educação – uma introdução à teoria e aos métodos**. Porto: Editora Porto, 1994.

CORRÊA, Ivan Lívindo de Senna; MORO, Roque Luiz. **Educação Física Escolar: reflexão e ação curricular.** Ijuí - Rs: Unijuí, 2004. 296 p.

De MARCO, Ademir et al. **EDUCAÇÃO FÍSICA: CULTURA E SOCIEDADE.** 4. ed. Campinas: Papirus, 2006. 192 p.

DUCKUR, Lusirene Costa Bezerra. **Em busca da formação de indivíduos autônomos nas aulas de educação física.** Campinas: Autores Associados, 2004. 119 p.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: Saberes Necessários à Prática Educativa.** 25. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996. (Coleção Leitura).

GIL, Antônio Carlos. **Metodologia do ensino superior.** 5. Ed. São Paulo, SP: Atlas, 1999. 206p

GONSALVES, Elisa Pereira. **Conversas sobre iniciação à pesquisa científica.** Campinas, SP: Alínea, 2001.

MEDINA, João Paulo S. **EDUCAÇÃO FÍSICA CUIDA DO CORPO E "MENTE".** 25. ed. Campinas: Papirus, 2010. 159 p.

NOZAKI, Hajime Takeuchi. **EDUCAÇÃO FÍSICA E REORDENAMENTO NO MUNDO DO TRABALHO: Mediações da regulamentação da profissão.** 2004. 399 f. Tese (Doutorado) - Uff, Niterói, 2004.

PCN's - **Parâmetros Curriculares Nacionais: Educação Física.** Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC / SEF, 1998. 114 p

SOUZA, Donaldo Bello de et al. **Bacharel ou Professor? O Processo de Reestruturação dos Cursos de Formação de Professores no Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro: Quartet, 2000. 160 p.